



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Vânia Alexandra Pires Pinto

## **Violência Sexual na Conjugalidade: O Papel da Agressividade**

Junho de 2013



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Vânia Alexandra Pires Pinto

## **Violência Sexual na Conjugalidade: O Papel da Agressividade**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado Integrado em Psicologia  
Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Rui João Abrunhosa Carvalho  
Gonçalves**

Junho de 2013

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Vânia Alexandra Pires Pinto

**Endereço eletrónico:** vaniaappinto@hotmail.com

**Número do Bilhete de Identidade:** 13461101

**Título da tese de Mestrado:** Violência Sexual na Conjugalidade: O Papel da Agressividade

**Orientador:** Professor Doutor Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves

**Ano de conclusão:** 2013

**Designação do Mestrado:** Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia da Justiça

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Índice

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract .....	v
Revisão da literatura .....	6
Metodologia .....	10
Amostra .....	10
Instrumentos .....	11
Procedimento .....	11
Análise de dados .....	12
Resultados .....	12
Discussão .....	16
Referências bibliográficas .....	22

## **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves pelos conhecimentos transmitidos, pelos desafios e reflexões que desencadeou ao longo da presente orientação científica e técnica que possibilitaram o meu crescimento profissional, mas também pessoal. À sua total disponibilidade, motivação, confiança e serenidade ao longo deste percurso.

À Dra. Olga Cunha pela sua incessante disponibilidade, pelos ensinamentos prestados, pelas suas sugestões e palavras de ânimo.

Às minhas colegas e amigas Tânia, Vanessa, Sara, Carla, Ana, Rita, que comigo percorreram este percurso académico. Pelo seu total companheirismo e amizade genuína e intemporal.

Aos meus amigos de sempre que comigo partilharam as alegrias, motivações, contrariedade e agruras desta caminhada. Pelas suas palavras de otimismo e incentivo.

À minha família. Aos meus amados pais que nunca desistiram deste sonho e percurso, que sempre me fizeram acreditar na sua conclusão. Ao meu irmão pelo seu amor incondicional. À minha irmã pela sua semelhança, proximidade, apoio e amor incondicional.

Ao César, pelo modo como em mim despertou os melhores dos sentimentos, pela sua forma de estar e agir, pela sua inspiração em todos os momentos partilhados, pela nossa história em comum, por me ter dado o melhor dos presentes.

Ao meu eterno e incondicional amor... ao meu filho Júnior por iluminar o percurso final desta caminhada e por ser a minha fonte de inspiração.

A todos os que não foram mencionados mas contribuíram para a realização deste projeto.

## **Violência Sexual na Conjugalidade: O Papel da Agressividade**

### **Resumo**

Poucos estudos têm explorado a violência sexual na conjugalidade em contexto nacional. O objetivo deste estudo foi caracterizar os agressores conjugais de uma amostra forense e diferenciar aqueles que perpetraram violência sexual dos que não perpetraram este tipo de violência ao nível da agressividade e avaliar se esta é preditora da violência sexual em relacionamentos violentos. Foram analisados 69 processos da Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça da Universidade do Minho. A violência sexual esteve presente em 14 casos (20.3%). Os agressores que perpetraram violência sexual apresentaram significativamente maiores níveis de agressividade, agressividade física e raiva. A regressão logística indica que por cada acréscimo de um ponto na raiva o risco de abuso sexual aumenta em 1.135. É fulcral nos programas de intervenção da violência conjugal abordar a agressividade dos ofensores, em especial, ao nível de estratégias de controlo da raiva.

**Palavras-chave:** Violência sexual; conjugalidade; agressividade.

## **Sexual Violence in Conjuality: The Role of Aggression**

### **Abstract**

Few studies have explored sexual violence in marital relationships in national context. The aim of this study was to characterize the marital aggressors in a forensic sample and differentiate the perpetrators of sexual violence and the perpetrators of nonsexual violence in the level of aggressiveness and assess whether this is a predictor of sexual violence in violent relationships. We analyzed 69 cases seen in Unit of Justice Psychology from the University of Minho. Sexual violence was present in 14 cases (20.3%). The aggressors who perpetrated sexual violence had significantly higher levels of aggressiveness, physical aggression and anger. The logistic regression indicated that the increase of one point in anger increased the risk of sexual violence in 1.135. It is essential in intervention programs addressing domestic violence works aggressiveness, in particular, strategies of anger control.

**Keywords:** Sexual violence; marital relationships; aggressiveness.

## **Violência Sexual na Conjugalidade: O Papel da Agressividade<sup>1</sup>**

A violência conjugal<sup>2</sup> é um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos (Alves & Diniz, 2005; Cunha & Gonçalves, 2011; Dantas-Berger & Giffin, 2005; Gage & Hutchinson, 2006; Garcia-Moreno & Watts, 2011; Kronbauer & Meneghel, 2005) pela sua natureza oculta, reiterada e de gravidade crescente (Mouraz & Magalhães, 2010). Define-se como uma intimidação intencional, agressão física, sexual, psicológica ou outro qualquer comportamento abusivo, ou ameaças de tais atos, perpetrado por um parceiro íntimo sobre o outro (Antai, 2011; Cunha, Gonçalves, & Pereira, 2011; Dantas-Berger & Giffin, 2005; Matos, 2002). Geralmente é acompanhado por comportamentos emocionalmente abusivos e controladores fazendo parte de um padrão sistemático de poder e controlo (Matos, 2002).

Os atos de violência conjugal podem ser divididos em diferentes tipos que interatuam e que se relacionam e influenciam entre si: violência física, psicológica e sexual (Alves & Diniz, 2005; Dantas-Berger & Giffin, 2005; Day, et al., 2003; Matos, 2002). A primeira pode ser definida como sendo o ato em que alguém causa dano, ou tenta causá-lo, através de força física ou através de arma ou instrumento que podem levar a lesões internas e/ou externas (Alves & Diniz, 2005; Day, et al., 2003; Paiva & Figueiredo, 2003). Por sua vez, qualquer ato que causa ou tenciona causar dano à autoestima, identidade e/ou desenvolvimento do indivíduo retrata a violência psicológica. Decorre de palavras, gestos e olhares, bem como de ameaças, humilhações, difamação e injúrias (Day, et al., 2003). Por fim, a violência sexual (VS) define-se como a ação de uma pessoa que se encontra em posição de poder relativamente a outra e a obriga a práticas sexuais sem sua vontade (Adhikari & Tamang, 2010; Alves & Diniz, 2005; Dantas-Berger & Giffin, 2005; Day, et al., 2003; Paiva & Figueiredo, 2003; White, McMullin, Swartout, Sechrist, & Gollehon, 2008).

---

<sup>1</sup> O artigo da presente dissertação de mestrado foi submetido a publicação à revista internacional *Estudos de Psicologia (Campinas)*, encontrando-se a aguardar resposta dos revisores.

<sup>2</sup> Embora haja na literatura referência à violência conjugal perpetrada pelas mulheres sobre os seus companheiros (e.g., Bair-Merritt, Crowne, Thompson, Sibinga, Trent, & Campbell, 2010; Caldwell, Swan, Allen, Sullivan, & Snow, 2009; Caridade & Machado, 2006; Diniz, Lopes, Gesteira, Alves, & Gomes, 2003; Matos, 2002; Oliveira & Sani, 2005; Schraiber, D'Oliveira, & Junior, 2008; Straus, 2011), esta surge em percentagens reduzidas e é uma violência qualitativamente diferente da manifestada pelos homens sobre as mulheres. Desta forma, de agora em diante retrata-se a mulher como sendo a vítima e o homem o perpetrador, não considerando os casos de violência conjugal em casais homossexuais. Da mesma forma, considera-se por conjugalidade não apenas as relações conjugais oficializadas pelo casamento mas igualmente relações em que o casal coabita mantendo uma união de facto.



Historicamente, a VS na conjugalidade não era reconhecida como um ato criminal, antes aceite legal e socialmente<sup>3</sup> (Bergen & Barnhill, 2006; Martin, Taft, & Resick, 2007). A tradição patriarcal ao definir relações sociais e sexuais em que o homem tem um papel ativo, dominador e exerce poder/autoridade e a mulher é submissa e dependente explica, em parte, a aceitação por parte das mulheres dos seus deveres conjugais que incluíam o serviço sexual (Dantas-Berger & Giffin, 2005; Matos, 2002; Oliveira & Sani, 2005). Neste sentido por vezes as vítimas não se percebem como vítimas de VS por acreditarem que é seu dever, ou por não entenderem os atos como abusivos mas sim normativos no casamento (Mahoney & Williams, 2007). Tal reflete as crenças culturais sobre homens, mulheres e sexualidade, o que interfere na resposta social, nas atitudes sociais e na legislação. Curiosamente, a violação por parceiro íntimo ou marido é mais comum que aquela perpetrada por estranhos (Bergen & Barnhill, 2006; Mahoney & Williams, 2007; Martin, et al., 2007).

A nível nacional, a partir da década de 90, com a desocultação do fenómeno e maior sensibilização social para o mesmo, em 2007 surgiram no quadro legal português mudanças legislativas significativas quer ao nível da responsabilidade penal (art. 152º do Código Penal, Lei 59/2007 de 4 de setembro) quer ao nível da prevenção da violência doméstica e proteção à vítima (Lei 112/2009 de 16 de setembro) bem como da essencial atuação junto do agressor para maior eficácia e intervenção (Cunha & Gonçalves, 2011).

Apesar da dificuldade de delimitar a prevalência da VS em relações íntimas (e.g., por ser consensual em muitas culturas que a prática sexual não consentida é um dever da esposa, por muitas vezes as vítimas não se identificarem como vítimas, por existirem cifras negras que levam a uma inexatidão dos números, pelo silêncio, vergonha, proximidade com o ofensor e impotência das vítimas) (Caridade & Machado, 2008; Day, et al., 2003; Mahoney & Williams, 2007; Martin, et al., 2007; Matos, 2002; Schraiber, et al., 2008), existem estudos que têm identificado dados de prevalência. De uma forma geral, a prevalência varia entre 24.7% e 50%, contudo se forem tidas em conta apenas formas de VS mais severas esta prevalência baixa para entre os 6% e 39% (Paiva & Figueiredo, 2004).

Um estudo da Organização Mundial de Saúde (Garcia-Moreno, Jansen, Ellsberg, Heise, & Watts, 2005) de comparação transcultural realizado entre 2000 e 2003 em dez países, tendo em conta vítimas mulheres adultas, identificou uma prevalência de VS por parceiro íntimo entre 6% a 59%. Verificaram ainda que é frequentemente perpetrada em conjunto com

---

<sup>3</sup> Apesar de atualmente existir uma condenação social para com a violência nas relações íntimas, ainda predomina, embora em minoria, um número significativo de crenças e atitudes legitimadoras da violência nas relações íntimas. Tais crenças e mitos legitimadores são mais aceites e visíveis nos jovens e adolescentes (Caridade & Machado, 2006).

violência física (30% a 56% dos casos) o que sugere uma elevada coocorrência entre VS e física.

O Brasil é o país que revela valores de coerção sexual (relação sexual indesejada resultante de pressões, ameaças verbais ou uso de autoridade) mais elevados nos relacionamentos íntimos (41.6%) sendo que Hong Kong (7.5%) e Utah nos Estados Unidos da América (13.7%) apresentam os valores mais baixos. Portugal apresenta valores médios de prevalência de 23%. Quanto a formas severas de coerção sexual, Texas (6.3%) e Winnipeg no Canadá (5.9%) apresentam maior prevalência, e Suíça (1.1%), Israel e Portugal (1.5%) menores percentagens (Paiva & Figueiredo, 2003, 2004).

Os perpetradores utilizam diferentes estratégias para submeter as vítimas a atos sexuais indesejados, podendo ser estratégias fisicamente violentas ou não físicas (Martin, et al., 2007). Nestas últimas inclui-se a coerção sexual que engloba dois tipos de atuação: a coerção social e/ou interpessoal. A primeira, mais comum, envolve crenças sociais e culturais sobre o casamento, especificamente a crença dos deveres de esposa, que é responsabilidade da mulher satisfazer seu marido mesmo que não o deseje. A segunda ocorre quando o marido utiliza os seus recursos ou poder no relacionamento para forçar sua esposa a envolver-se sexualmente de acordo com as suas intenções (Bergen & Barnhill, 2006; Martin, et al., 2007).

Finkelhor e Yllo (1982, 1985, 1988) desenvolveram uma tipologia de violação marital constituída por três categorias: *Battering rape*, *Force-only rape* e *Obsessive rape*, apesar dos autores chamarem a atenção para existirem casos de violação marital que não se enquadram na tipologia desenvolvida.

A primeira corresponde a um tipo de violação marital que ocorre num relacionamento onde está presente violência física e verbal. Assim, a VS é mais um dos tipos de violência ocorridos, que usualmente surge acompanhada de violência física. Nesta categoria, o ofensor apresenta raiva, agressividade para com a esposa e problemas relacionados com álcool/drogas. Ferir e humilhar a vítima é a forma que o ofensor encontra de expressar a sua raiva. Esta categoria é consistente com a de *anger rapes* de Groth (1979), que analisou as violações na generalidade, na qual se incluem homens que pretendem infligir sérios ferimentos às suas vítimas e que usam mais força que aquela que seria necessária para as subjugar, pelo que o sexo forçado surge como apenas mais uma dinâmica de hostilidade. Na categoria *Force-only rape* encontram-se os relacionamentos em que não há violência física adicional, mas sim contínuos desacordos sobre as atividades sexuais. A motivação encontra-se relacionada com o poder e controlo sobre a prática de sexo e não com o querer infligir dor ou humilhar a vítima como na categoria anterior, apesar dessas serem possíveis consequências para a vítima. A

violência utilizada é instrumental e apenas a necessária para obter o ato desejado. Esta é consistente com a categoria *power rapes* de Groth (1979) em que os indivíduos são motivados pelo desejo de poder, de controlo e de possuir a vítima sexualmente, não tendo como objetivo ferir ou prejudicar a mesma. A categoria *Obsessive rape* envolve ofensores com fantasias sexuais mais desviantes. São ofensores provavelmente consumidores de pornografia, com fetichismo ou sadismo e que forçam as parceiras a praticar atos sexuais inusuais, dolorosos ou desviantes. Esta categoria é consistente com a de Groth (1979) de *sadistic rapes* no qual a agressão é erotizada e o sofrimento das vítimas é uma fonte de prazer para o agressor.

Outra tipologia para violadores maritais foi postulada por Russell (1990) que defende três tipos de maridos que violam suas companheiras. O primeiro tipo corresponde aos maridos que preferem violar suas esposas a terem atividade sexual consentida; o segundo aos maridos que obtêm satisfação quer se trate de uma violação quer de sexo consentido, pelo que são indiferentes à existência ou não de consentimento; o terceiro tipo refere-se aos maridos que preferem sexo consentido, mas que se for necessário violar para ter contacto sexual fazem-no. A autora especula ainda que diferentes tipos de maridos violadores têm diferentes motivações, em que a mais comum é a violação como forma de expressar poder, mas que podem estar subjacentes outros motivos como sentimentos de raiva ou sadismo.

Apesar de existirem fatores de risco na vítima, na relação conjugal e fatores situacionais que podem desencadear ou levar à VS, iremos apenas abordar fatores de risco nos ofensores.

São fatores de risco para a perpetração de VS na conjugalidade os indivíduos serem ciumentos, serem geralmente agressivos, testemunharem violência na família de origem, terem sofrido abuso físico e/ou sexual na infância, apresentarem consumo de álcool, impulsividade e dificuldades no controlo da raiva (Antai, 2011; Bergen & Barnhill, 2006; Caridade & Machado, 2006, 2008; Cunha, et al., 2011; Gage & Hutchinson, 2006; Mahoney & Williams, 2007; Martin, et al., 2007; Martins & Machado, 2010; Mouraz & Magalhães, 2010; White, et al., 2008).

A VS na conjugalidade não é um fenómeno raro, no entanto tem sido pouco discutido na literatura (Mahoney & Williams, 2007), especialmente em contexto nacional em que a investigação tem sido limitada, sendo que a maioria dos estudos centra-se na violência psicológica e/ou física. A investigação existente centrada na violência sexual é direcionada para o contexto das relações amorosas ou de intimidade no namoro (Caridade & Machado, 2008). Assim, até ao momento nenhuma investigação nacional explorou este fenómeno numa amostra forense.

O presente estudo visa caracterizar os processos de violência conjugal atendidos na Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça da Universidade do Minho (UCPJUM), quer se tratem de casos de avaliação psicológica forense quer se tratem de casos de intervenção psicológica, explorando a VS no contexto da conjugalidade.

Os objetivos deste estudo são: a) caracterizar os pedidos; b) caracterizar os agressores a nível sociodemográfico; c) caracterizar o perfil dos agressores; d) identificar a prevalência dos três tipos de violência; e) associar a prática de VS com a agressividade; f) estabelecer diferenças entre os agressores que perpetraram VS e os que não perpetraram este tipo de violência ao nível da agressividade; e, g) criar um modelo que permita identificar variáveis predictoras da VS em relações maritais violentas.

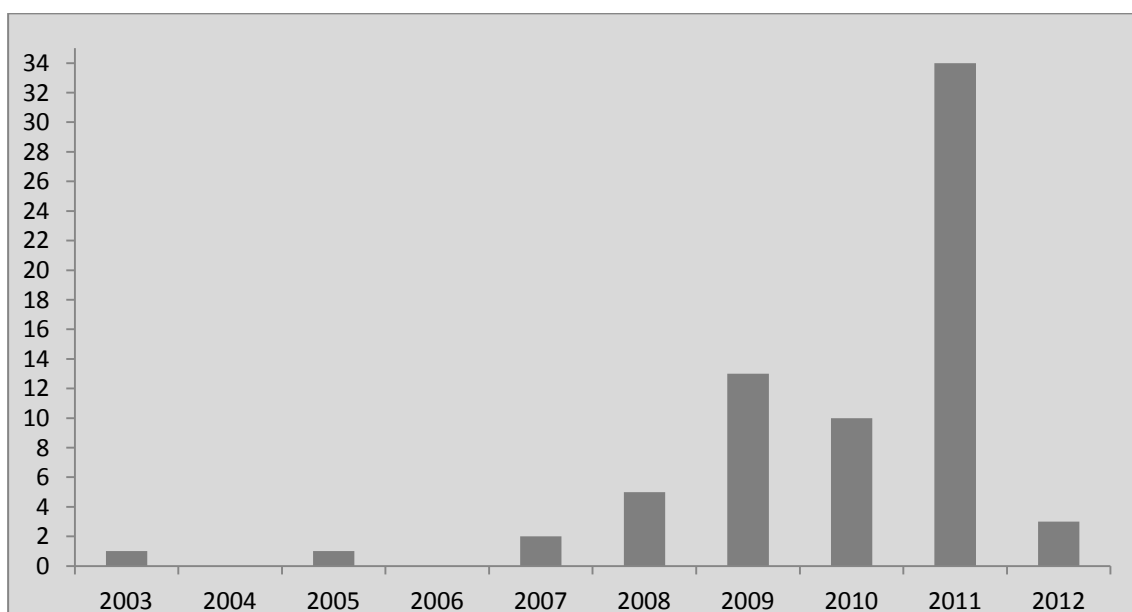
As hipóteses exploratórias são 1) a VS é o terceiro tipo de violência perpetrado; 2) há uma associação positiva entre VS e agressividade; 3) os agressores que perpetraram VS apresentam níveis superiores de agressividade em relação aos agressores que perpetraram violência física e/ou psicológica; e, 4) a agressividade é um preditor de perpetração de VS.

### **Metodologia**

#### *Amostra*

A amostra deste estudo foi constituída por 69 processos de agressores conjugais atendidos na UCPJUM. A distribuição dos processos por ano encontra-se representada no Gráfico 1.

*Gráfico 1: Distribuição dos Processos por Ano.*



### *Instrumentos*

A variável agressividade foi medida através do Questionário de Agressividade - QA (*The Agression Questionnaire*, Buss & Perry, 1992, versão Portuguesa de Vieira & Soeiro, 2002). É um questionário de autoavaliação composto por 29 itens que avaliam a agressividade em quatro componentes: agressividade física (9 itens), agressividade verbal (5 itens), raiva (7 itens) e hostilidade (8 itens). As primeiras duas medidas representam a componente instrumental ou motora do comportamento, a raiva avalia a componente emocional, que envolve uma atividade fisiológica e uma preparação para o comportamento agressivo e a hostilidade representa a componente cognitiva do comportamento (Buss & Perry, 1992). A resposta a cada um dos itens é dada numa escala tipo *Likert* de cinco pontos desde *nunca ou quase nunca* até *sempre ou quase sempre*. Neste instrumento a variável agressividade é contínua e sem pontes de corte, pelo que quanto maior a pontuação obtida mais agressivo o indivíduo é. O primeiro estudo de validação deste instrumento para a população portuguesa foi realizado por Simões (1993), tendo sido obtidos níveis adequados de consistência interna.

Os comportamentos abusivos que os agressores admitiram ter perpetrado foram medidos pelo Inventário de Violência Conjugal – IVC (Machado, Gonçalves, & Matos, 2008). Este é constituído por 21 itens que envolvem comportamentos física e emocionalmente abusivos, estando dividido em duas partes. Na primeira pede-se aos sujeitos que refiram, em relação a cada um dos comportamentos listados, se durante o último ano os adotaram na sua relação afetiva atual e/ou o seu atual parceiro os adotou em relação a si. Caso a resposta seja afirmativa a qualquer um dos comportamentos, o sujeito deve responder se esse comportamento ocorreu uma ou mais vezes. Na segunda parte, o mesmo procedimento é seguido mas agora tendo como referência relações afetivas anteriores. Por se tratar de um inventário comportamental não existe uma cotação da escala, sendo que a leitura deve-se efetuar item a item, analisando a regularidade do uso de cada prática abusiva identificada.

### *Procedimento*

A seleção dos processos da UCPJUM a incluir neste estudo teve em consideração três critérios de inclusão. Foram eles: a) o tipo de crime, isto é, crime de violência doméstica, Processo Comum, sendo que o pedido de avaliação efetuado poderia prender-se com outras categorias de avaliação – no âmbito de processos de Promoção e Proteção, de Regulação das Responsabilidades Parentais – em que havia a sinalização da prática de violência conjugal nos dados processuais; b) a relação agressor-vítima, isto é, o agressor e a vítima teriam de viver numa relação de conjugalidade por matrimónio ou por união de facto (excluindo-se os casos de violência no namoro); e, c) a natureza do pedido, isto é, foram considerados casos em que o

pedido se prendia com a avaliação psicológica forense do agressor ou casos de intervenção (excluindo-se casos em que o alvo da avaliação ou intervenção era a vítima). Para tal, foram analisados todos os casos existentes em arquivo da UCPJUM desde 2003 até julho de 2012, correspondendo a uma amostra de conveniência devido á facilidade de acesso aos processos. De acordo com estes critérios foram identificados 69 processos, tendo sido feita uma análise documental e a categorização das diferentes variáveis de interesse.

#### *Análise de dados*

Os dados foram introduzidos e analisados através do *software* estatístico *IBM® SPSS® Statistics* (SPSS, versão 19.0). Para caracterizar a amostra e descrever as variáveis, foram realizadas análises estatísticas descritivas.

Para verificar diferenças entre os agressores que cometeram VS e os que cometeram violência física e/ou psicológica a análise exploratória dos dados revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes á utilização dos testes paramétricos, no entanto, usámos a estratégia de analisar os dados com testes paramétricos e os equivalentes não paramétricos como sugerido por Fife-Schaw (2006). Como as conclusões de ambos os testes foram semelhantes em todos os casos, optámos por apresentar os resultados dos testes paramétricos por serem mais robustos.

Foram realizados testes *t* para amostras independentes para analisar as diferenças existentes entre os agressores que cometeram VS e os que não a cometeram ao nível da agressividade e suas componentes. Foram ainda efetuados Coeficientes de Correlação Ponto-Bisserial para verificar possíveis associações entre a presença de VS e a agressividade.

O teste *t* para uma amostra foi usado para analisar se os valores médios da agressividade da amostra eram estatisticamente diferentes em relação à população portuguesa, tendo em conta uma validação portuguesa do QA.

A regressão logística foi utilizada para analisar se a agressividade, e as suas quatro componentes, são preditores de VS em relações maritais violentas.

### **Resultados**

Dos 69 processos da amostra, 35 (50.7%) corresponderam a processos de intervenção psicológica e 34 (49.3%) a processos de avaliação psicológica forense. Destes últimos, 17 (50%) foram relativos a Processos Comuns, 10 (29.4%) a Processos de Promoção e Proteção e 7 (20.6%) a Processos de Regulação das Responsabilidades Parentais.

Relativamente à entidade requerente dos processos ( $n = 62$ ), 49 casos (79%) foram encaminhados por Tribunais, 8 por técnicos (12.9%), 2 pelos próprios ofensores (3.2%), 2 (3.2%) pela vítima e 1 caso (1.6%) requerido por outros familiares ( $Mo = 0$ ).

Dos 49 processos requeridos pelos Tribunais, 34 (69.4%) eram processos de avaliação psicológica forense e os restantes 15 (30.6%) processos de intervenção psicológica. Os 13 casos encaminhados pelas outras entidades consideradas eram processos de intervenção psicológica.

Quanto aos agressores, a idade média é de 43.5 anos ( $DP = 9.57$ ), variando entre os 25 e 63 anos. A caracterização sociodemográfica e do perfil dos agressores encontram-se nas Tabelas 1 e 2, respetivamente.

Tabela 1  
*Caracterização Sociodemográfica dos Agressores*

	<i>n</i>	%
<b>Estado Civil</b>		
Casado	26	37.7
Separado	20	29.0
Divorciado	12	17.4
União de facto	10	14.5
Solteiro	1	1.4
<b>Escolaridade</b>		
Sem escolaridade	1	1.4
Ensino primário	25	36.2
Ensino básico	28	40.6
Ensino secundário	13	18.8
Ensino superior	2	2.9
<b>Situação profissional</b>		
Empregado	43	62.3
Desempregado	21	30.4
Reformado	5	7.2

Tabela 2

*Caracterização do Perfil dos Agressores*

	<i>n</i>	%
Violência interpaparental ( <i>n</i> = 59) <sup>4</sup>		
Presença	31	52.5
Abuso físico na infância ( <i>n</i> = 53)		
Presença	28	52.8
Consumos etílicos ( <i>n</i> = 68)		
Ausência	28	41.2
Baixo	13	19.1
Moderado	3	4.4
Elevado	24	35.3
Ciúmes / dominância ( <i>n</i> = 65)		
Presença	54	83.1
Impulsividade ( <i>n</i> = 67)		
Presença	54	80.6
Risco violência conjugal ( <i>n</i> = 53)		
Baixo	25	47.2
Moderado	19	35.8
Elevado	9	17.0

Relativamente aos valores médios da agressividade (*n* = 65), a média foi 63.32 (*DP* = 14.30). Um teste *t* para uma amostra, tendo em conta os dados de uma adaptação portuguesa (Cunha & Gonçalves, 2012), permitiu verificar que não há diferenças significativas entre a amostra e a população geral ao nível da totalidade da agressividade (Amostra: *M* = 63.32, *DP* = 14.29; População geral: *M* = 63.15, *DP* = 14.29,  $t_{(64)} = .098$ ,  $p < .923$ ) nem ao nível da raiva (Amostra: *M* = 15.52, *DP* = 5.44; População geral: *M* = 15.50, *DP* = 4.82,  $t_{(64)} = .034$ ,  $p = .973$ ), nem no que se refere à hostilidade (Amostra: *M* = 18.22, *DP* = 5.02; População geral: *M* = 18.10, *DP* = 5.05,  $t_{(64)} = .185$ ,  $p = .854$ ). Contudo, verificaram-se diferenças marginalmente significativas em relação à agressividade física (Amostra: *M* = 17.91, *DP* = 5.86; População geral: *M* = 16.52, *DP* = 5.75,  $t_{(64)} = 1.908$ ,  $p = .061$ ), e diferenças

<sup>4</sup> Nesta segunda tabela não se encontra representada toda a amostra dado a existência de valores omissos.



estatisticamente significativas quanto à agressividade verbal (Amostra:  $M = 11.69$ ,  $DP = 3.48$ ; População geral:  $M = 13.03$ ,  $DP = 2.80$ ,  $t_{(64)} = -3.098$ ,  $p = .003$ ).

No que concerne aos tipos de violência exercida, a violência física esteve presente em 68 casos (98.6%), a psicológica em 67 (97.1%) e a sexual em 14 (20.3%). Quando considerados em simultâneo os diferentes tipos de violência verifica-se que a violência física perpetrada conjuntamente com a psicológica ocorreu em 53 casos (76.8%), em 14 casos (20.3%) estão presentes os três tipos de violência e em 2 casos (2.9%) esteve presente unicamente o abuso físico.

Ao analisar-se os comportamentos abusivos que os agressores reconheceram ter perpetrado no IVC ( $n = 64$ ) verifica-se que, em média, cada agressor refere ter perpetrado 3.82 comportamentos fisicamente abusivos ( $DP = 2.94$ ) variando entre 0 a 11. Quanto aos comportamentos psicologicamente abusivos a média é de 2.69 ( $DP = 1.61$ ) variando entre 0 e 6. Dos 14 casos de perpetração de VS, 8 (57.1%) reconheceram a perpetração da mesma. No total, cada agressor perpetró em média 6.5 comportamentos abusivos ( $DP = 4.0$ ), variando entre 0 a 17.

Verificou-se existir uma associação positiva marginalmente significativa entre a VS e a totalidade da agressividade dos ofensores,  $r_{pb} = .237$ ,  $p = .064$ ; e entre a VS e a agressividade física,  $r_{pb} = .240$ ,  $p = .054$ .

Verificámos ainda uma associação positiva e estatisticamente significativa entre os níveis de raiva dos ofensores e a VS,  $r_{pb} = .282$ ,  $p = .023$ .

Os agressores que perpetraram VS apresentam níveis marginalmente superiores de agressividade que os agressores que não perpetraram este tipo de violência,  $t_{(60)} = -1.89$ ,  $p = .064$ .

Verificámos diferenças marginalmente significativas entre os agressores que perpetraram VS e os que não a perpetraram ao nível da agressividade física,  $t_{(63)} = -1.96$ ,  $p = .054$ , e estatisticamente significativas ao nível da raiva,  $t_{(63)} = -2.33$ ,  $p = .023$ , em que os primeiros evidenciaram maior agressividade física e raiva.

A regressão logística usando como preditor a totalidade da agressividade evidenciou que o modelo obtido foi marginalmente significativo,  $\chi^2_{(1)} = 3.395$ ,  $p = .065$ , sendo que o aumento de um ponto na agressividade aumenta o risco de VS em 1.040.

Quando analisadas as quatro componentes que compõem a totalidade da agressividade apenas a raiva mostrou obter um modelo estatisticamente significativo,  $\chi^2_{(1)} = 5.085$ ,  $p = .024$ , sendo que cada acréscimo de um ponto na raiva aumenta o risco de VS em 1.135. A agressividade física mostrou obter um modelo marginalmente significativo,  $\chi^2_{(1)} = 3.562$ ,  $p =$

.059, sendo que o aumento de um desvio padrão na agressividade física aumenta o risco de VS em 1.100.

### **Discussão**

Dos processos que constituem a amostra, cerca de metade (49.3%) correspondem a processos de avaliação psicológica forense, todos a pedido de Tribunais. Contudo 30.6% dos pedidos desta entidade correspondem a processos interventivos, sendo que é no ano de 2011 que ocorre um aumento significativo dos pedidos. Tal justifica-se pelo facto de terem ocorrido mudanças legislativas em 2007 que, entre outras, visam a atuação preventiva junto dos ofensores, e pelo facto dos magistrados estarem cada vez mais sensíveis ao plano interventivo com os agressores. Por outro lado, o facto de na UCPJUM decorrer desde 2010 o Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais explica também este aumento significativo de pedidos (Cunha, et al., 2011; Cunha & Gonçalves, 2011).

Ao nível do perfil dos agressores da amostra, os resultados são congruentes com alguns dos fatores de risco mais apontados pela literatura para esta população. Cerca de metade da amostra (52.5%) foi exposta a violência interpaparental nas famílias de origem e foi alvo de abuso físico na infância (52.8%), o que corrobora vários estudos (e.g., Cunha, et al., 2011). A exposição a um modelo agressivo e identificação com o mesmo estabelece uma ligação entre experiências violentas na infância e comportamentos violentos na adultícia – fenómeno da transmissão intergeracional da violência (Cunha, et al., 2011; Oliveira & Sani, 2005; Paiva & Figueiredo, 2003). Está, portanto, implícita a noção de aprendizagem social decorrente do ambiente social em que se vive, especialmente, no seio familiar (Caridade & Machado, 2008; Matos, 2002), apesar de ser uma relação não causal (Oliveira & Sani, 2005).

Dos agressores da amostra, 41.2% apresentaram ausência de consumos etílicos, todavia 35.3% dos agressores evidenciaram consumos elevados de álcool. Igualmente na literatura os dados são contraditórios quanto á associação entre o consumo de álcool e a VS; contudo, parece que o álcool funciona como desinibidor ou incitador para a violência ou como desculpabilização para os atos cometidos (Cunha, et al., 2011; Mahoney & Williams, 2007; Martin, et al., 2007; Martins & Machado, 2010; White, et al., 2008).

A maioria dos agressores evidenciou comportamentos controladores ou ciumentos (83.1%) e impulsividade (80.6%). Estes dados corroboram o estudo de Cunha e colaboradores (2011) que identificou, na sua amostra forense, que 33.3% dos agressores apresentavam ciúmes, 55.5% apresentavam atitudes e comportamentos de dominância e 40.7% apresentavam impulsividade. Assim, verifica-se que estes fatores de risco devem ser incorporados ao nível da intervenção dos agressores (Cunha, et al., 2011; Gonçalves, 2004).

Ao nível do risco de violência conjugal apresentado verifica-se que a amostra apresenta na maioria um nível baixo (47.2%) ou moderado (35.8%) de risco, sendo indivíduos suscetíveis de intervenção. Tal justifica-se porque os casos de violência mais severos, em que o risco dos agressores é mais elevado, não estão contemplados no nosso campo de análise porque podem ser encaminhados para a prisão ou para perícia médico-legal (Cunha, et al., 2011). A avaliação do potencial de risco e a aferição da tratabilidade dos agressores permite implementar programas interventivos adequados a cada agressor (Cunha, et al., 2011; Gonçalves, 2004).

Comparando os valores médios da agressividade da nossa amostra com os dados de uma validação portuguesa do QA (Cunha & Gonçalves, 2012) verifica-se que a nossa amostra apresenta níveis significativamente superiores de agressividade física e inferiores de agressividade verbal. Assim, os agressores da amostra têm maior tendência a agir, a recorrer à agressividade física perante obstáculos. Tal explica-se não só porque o tipo de violência mais prevalente é a violência física (98.6%) mas também pelo caráter impulsivo de 80.6% dos agressores. No que concerne à agressividade verbal, apesar dos resultados, salienta-se que esta subescala do QA é a que revela um coeficiente de fidelidade mais baixo e a que demonstra fraca consistência interna em diferentes aferições (Cunha & Gonçalves, 2012).

Os resultados de prevalência da VS, que identificam esta como sendo o terceiro tipo de violência mais perpetrado, corroboram a primeira hipótese colocada sendo consistentes com estudos anteriores de prevalência, apesar de a maioria destes utilizar amostras de vítimas (e.g., Adhikari & Tamang, 2010). Todavia, há estudos que relatam prevalências superiores (e.g., Gage & Hutchinson, 2006; Schraiber, et al., 2008; McFarlane, et al., 2005) e outros inferiores (e.g., Schewe, Riger, Howard, Staggs, & Mason; 2006). A nível nacional, a prevalência de coerção sexual sobre companheiro em contexto íntimo é de 23%, percentagem que se coaduna com os resultados obtidos por nós e em estudos prévios (Paiva & Figueiredo, 2003).

Em contexto nacional, apesar da pouca investigação neste domínio, alguns estudos já têm levantado dados de prevalência sobre esta temática.

O estudo desenvolvido por Paiva e Figueiredo (2004) verificou que as formas de abuso mais prevalentes e contínuas são o abuso psicológico (53.8% de perpetração e 50.8% de vitimação) e a coerção sexual (18.9% na forma perpetrada e 25.6% na forma vitimada) sendo que é mais frequente a coerção sexual ligeira (23.9%). A percentagem de coerção sexual perpetrada é equivalente à percentagem de VS por nós obtida.

Ao nível da prevalência dos três tipos de violência, os resultados são consistentes com o estudo de Alão (2003), realizado no Instituto de Reinserção Social com o objetivo de

caracterizar a sua população, que identificou como principal delito os maus tratos (39%). Neste, o tipo de violência mais perpetrado é a violência física (45%), seguida da violência psicológica (29%) e a VS (9%). Esta última percentagem é inferior à por nós reportada. Todavia, o estudo sociológico de Lourenço, Lisboa e Pais (1997) refere que o tipo de violência mais perpetrado é a violência psicológica (50.7%), seguida da sexual (28.1%) e física (6.7%), apresentando uma percentagem de VS equivalente à nossa. Em consonância, o estudo de Cunha e colaboradores (2011), verificou igualmente que a violência psicológica é o tipo de maltrato mais perpetrado pelos ofensores (92.6%) mas a VS surge como sendo o quarto tipo de maltrato perpetrado (22.2%). Todavia, a percentagem encontrada é semelhante à por nós apresentada.

Na presente amostra, 57.1% dos agressores reconheceram a perpetração da VS, resultados semelhantes aos apresentados noutras investigações (e.g., Puri & Tamang, 2010; Barker & Acosta, 2003). Todavia, outros estudos têm apontado percentagens de reconhecimento dos agressores bastante superiores (e.g., Huang & Mathers, 2006) ou inferiores (e.g., Loh, Gidycz, Lobo & Luthra, 2005).

Os resultados apontam para uma alta taxa de coocorrência entre a VS e não sexual, o que vai ao encontro da literatura existente (Bergen & Barnhill, 2006; Day, et al., 2003; Garcia-Moreno, et al., 2005; Lyn & Burton, 2005; Mahoney & Williams, 2007; Martin, et al., 2007). Para White e colaboradores (2008), os *dual perpetrators* correspondem aos agressores conjugais que exercem VS e física conjuntamente, apesar de não necessariamente na mesma situação nem com o mesmo alvo. Deste modo, na nossa amostra todos os agressores que perpetraram VS correspondem a *dual perpetrators*. Neste sentido, pode-se extrapolar os dados ao apontar que os agressores da amostra são indiferentes à presença ou não de consentimento por parte das companheiras, pelo que, na tipologia de Russell (1990), enquadram-se no segundo tipo de maridos que agridem sexualmente as suas companheiras motivados pela manutenção do poder e controlo na relação.

Segundo alguns autores esta alta coocorrência deve-se ao poder e controlo exercido pelo parceiro abusivo sobre a parceira e o relacionamento, nomeadamente, ao nível da prática sexual e sua frequência (DeMaris, 1997). A presença de violência conjugal pode levar a que as vítimas interajam sexualmente com os parceiros agressores pois a violência física pode ser utilizada diretamente para obter práticas sexuais. Esta seria uma estratégia fisicamente violenta. Por outro lado, as vítimas podem aceder aos avanços sexuais dos parceiros por estes cobrarem os seus deveres de esposa ou por estas apresentarem crenças de que é sua responsabilidade satisfazer os seus companheiros – estratégia de coerção social. O

envolvimento sexual das mulheres com os seus parceiros agressores pode ainda surgir num ambiente coercivo marcado pela presença do poder e controlo do parceiro, pelo que as mulheres envolvem-se para que os companheiros não perpetrem comportamentos abusivos – estratégia de coerção interpessoal.

Os resultados mostram igualmente uma associação significativa e positiva entre a VS e agressividade, confirmando a segunda hipótese colocada, corroborando o estudo de Frieze (1983). Este aferiu que os indivíduos mais agressivos são aqueles que apresentam maior probabilidade de violar as parceiras. A autora concluiu que a violência conjugal e a violação marital estão fortemente associadas e que a violação está mais associada com altos níveis de agressividade física no relacionamento.

Os resultados encontrados apontam para diferenças significativas ao nível da agressividade, e as suas componentes de agressividade física e raiva, entre os agressores que cometeram VS e os que não a cometeram, apresentando os primeiros níveis superiores. Estes resultados, que confirmam assim a terceira hipótese colocada, são congruentes com o estudo de Finkelhor e Yllo (1982) que verificou que os maridos que cometiam VS expressavam a sua raiva junto das parceiras e infligiam nestas experiências de humilhação. Os autores afirmam que os indivíduos ao interpretarem os comportamentos das esposas como uma negação sentem-se frustrados e, como tal, decidem utilizar a força para atingirem os seus objetivos. Os autores verificaram ainda que a amostra coincidia com a tipologia de violadores desenvolvida por Groth (1979) em que as vítimas de relacionamentos violentos eram vítimas de *anger rapes*. Já as mulheres em relacionamentos não violentos, mas em que estavam presentes desentendimentos ao nível sexual, eram vítimas de *power rape*. Todavia, a VS em relacionamentos violentos tem igualmente como finalidade estabelecer e manter o poder/controlo do agressor, bem como a coerção utilizada pelos indivíduos perante desentendimentos sexuais funciona como uma expressão de raiva pela frustração sentida. Assim, esse estudo verificou que na amostra estavam presentes motivações de raiva e poder. Tal verifica-se igualmente na presente amostra pois a violência exercida sobre as parceiras é motivada não só pelos sentimentos de agressividade e frustração sentidos mas também pela tentativa dos sujeitos de controlarem as parceiras e expressarem o seu poder no relacionamento. Neste sentido a VS é apenas mais um tipo de violência exercido, tal como na amostra de Finkelhor e Yllo (1982), correspondendo a agressores de tipo *battering rape*. Em consonância, uma outra investigação com uma amostra forense (Cunha, et al., 2011) verificou que 40.7% dos agressores apresentavam níveis superiores de agressividade física e impulsividade e 18.5% evidenciaram níveis elevados de raiva, pelo que os agressores da

amostra adequam-se ao padrão de indivíduos que possuem défices no relacionamento interpessoal, essencialmente no contexto familiar.

Uma outra investigação verificou que os agressores conjugais têm níveis superiores de raiva, hostilidade e ressentimento, argumentando que as observações clínicas sugerem que os sentimentos de sofrimento, medo e ciúmes surgem canalizados em expressões de raiva e agressividade (Maiuro, Cahn, Vitaliano, Wagner, & Zegree, 1988). Os autores descrevem que o perfil de pensamento da raiva nos agressores conjugais envolve suspeição/ciúmes e tendência para quererem controlar as parceiras forçosamente pelo uso de estratégias coercitivas e agressivas, pelo que a raiva é a chave emocional do perfil psicológico dos agressores. De forma congruente, na nossa amostra os agressores apresentaram na sua maioria (83.1%) ciúmes e/ou comportamento controlador face às parceiras.

De forma análoga, Norlander e Eckhardt (2005) na sua meta-análise verificaram que os agressores conjugais apresentam níveis superiores de raiva e hostilidade. Aferiram ainda que altos níveis de raiva e hostilidade diferenciam os agressores quanto á severidade. Todavia, os autores acrescentam que, apesar dos resultados prospetivos sugerirem que níveis superiores de raiva são um fator de risco para a violência conjugal, permanece por esclarecer se esta relação de risco permite tirar conclusões sobre os efeitos da ativação da raiva a precederem episódios de violência conjugal. Deste modo, e apesar dos nossos resultados serem congruentes com a literatura existente, permanece por responder se são os sentimentos de raiva que precedem os comportamentos abusivos ou se são estes que provocam os sentimentos de raiva?

Os resultados apontam ainda que a agressividade, nomeadamente a agressividade física e raiva, é um preditor da perpetração de VS, tal como a quarta hipótese sugeria. Estes resultados vão ao encontro dos apresentados por Lyn e Burton (2005) que verificaram que a raiva, em conjunto com uma vinculação insegura, são elementos preditores da VS. Os agressores que tiveram uma vinculação insegura expressam a sua raiva e instabilidade afetiva perante figuras de vinculação significativas, como as parceiras, pelo que são fatores de risco para a violência conjugal (Dutton, Saunders, Starzomski, & Bartholomew, 1994).

Apesar da relevância do presente estudo e suas implicações, é importante refletir sobre algumas limitações. Primeiro, trata-se de um estudo retrospectivo em que foi utilizada a análise documental de processos, pelo que a informação não foi recolhida diretamente pelo investigador com os agressores conjugais, o que pode levar a um viés dos resultados. Segundo, é um estudo transversal, o que não permite estabelecer relações causais. Terceiro, a amostra utilizada é uma amostra específica, uma amostra forense, e reduzida, pelo que se trata de uma amostra de conveniência. Quarto é uma amostra da comunidade, isto é, nenhum dos

agressores se encontrava institucionalizado em estabelecimentos prisionais. Assim, a amostra não é representativa da população portuguesa, o que não permite generalizar os resultados aqui encontrados.

Os resultados apresentados acarretam significativas implicações para a prática interventiva pois torna-se fulcral incorporar estratégias de controlo da agressividade e dos sentimentos de raiva nos programas de intervenção para ofensores conjugais (Gonçalves, 2004; Lyn & Burton, 2005; Norlander & Eckhardt, 2005). A VS em relacionamentos violentos é uma realidade e, como tal, deve-se familiarizar e sensibilizar a sociedade para esta realidade quebrando o silêncio que a reveste e desocultar o fenómeno, possibilitando maior investigação e intervenção.

## Referências bibliográficas

- Adhikari, R., & Tamang, J. (2010). Sexual coercion of married women in Nepal. *BioMedical Central Women's Health*, 10(31), 1 – 8.
- Alão, A. (2003). *Violência doméstica. Relatório policopiado (24 pags.)*. Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Alves, S., & Diniz, N. (2005). “Eu digo não, ela diz sim”: a violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 58(4), 387 – 392.
- Antai, D. (2011). Traumatic physical health consequences of intimate partner violence against women: what is the role of community-level factors? *BioMed Central Women's Health*, 11(56), 1 – 13.
- Bair-Merritt, M., Crowne, S., Thompson, D., Sibinga, E., Trent, M., & Campbell, J. (2010). Why Do Women Use Intimate Partner Violence? A Systematic Review of Women's Motivations. *Trauma Violence Abuse*, 11(4), 178 – 189.
- Barker, G., & Acosta, F. (2003). *Homens, violência de gênero e saúde sexual reprodutiva*. Rio de Janeiro: Instituto Promundo.
- Bergen, R., & Barnhill, E. (2006). Marital Rape: New Research and Directions. *National Online Resource Center on Violence Against Women*. Acedido a 27 de março de 2012 na World Wide Web em [http://vawnet.org/assoc\\_files\\_vawnet/ar\\_maritalraperevised.pdf](http://vawnet.org/assoc_files_vawnet/ar_maritalraperevised.pdf).
- Buss, A., & Perry, M. (1992). The Aggression Questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(3), 452 – 459.
- Caldwell, J., Swan, S., Allen, C., Sullivan, T., & Snow, D. (2009). Why I Hit Him: Women's Reasons for Intimate Partner Violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18(7), 672 – 697.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(24), 485 – 493.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: relevância da prevenção. *Psicologia*, 22(1), 77 – 104.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2011). Tratamento de Agressores Domésticos: O Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais (PPRIAC). *Revista do Ministério Público*, 127, 9 – 34.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2012). Análise confirmatória fatorial de uma versão portuguesa do Questionário de Agressividade de Buss-Perry. *Laboratório de Psicologia*, 10 (1), 3 – 17.



- Cunha, O., Gonçalves, R. A., & Pereira, C. (2011). Avaliação do risco em agressores conjugais: Análise de uma amostra forense. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, 9, 9 – 22.
- Dantas-Berger, S., & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 417 – 425.
- Day, V., Telles, L., Zoratto, P., Zambuja, M., Machado, D., Silveira, M., Debiaggi, M., Reis, M., Cardoso, R., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(1), 9 -21.
- DeMaris, A. (1997). Elevated Sexual Activity in Violent Marriages: Hypersexuality or Sexual Extortion?. *The Journal of Sex Research*, 34(4), 361 – 373.
- Diniz, N., Lopes, R., Gesteira, S., Alves, S., & Gomes, N. (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo*, 37(2), 81 – 88.
- Dutton, D., Saunders, K., Starzomski, A., & Bartholomew, K. (1994). Intimacy-anger and insecure attachment as precursors of abuse in intimate relationships. *Journal of Applied Social Psychology*, 24, 1367 – 1386.
- Fife-Schaw, C. (2006). Levels of Measurement. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Eds), *Research Methods in Psychology* (3.<sup>a</sup> Ed.). London: Sage.
- Finkelhor, D., & Yllo, K. (1982). Forced Sex in Marriage: A Preliminary Research Report. *Crime & Delinquency*, 28, 459 – 478.
- Finkelhor, D., & Yllo, K. (1985). *License to rape: Sexual abuse of wives*. New York: The Free Press.
- Finkelhor, D., & Yllo, K. (1988). Rape in marriage. In M. B. Straus (Ed.), *Abuse and victimization across the life span* (pp. 140 – 152). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Frieze, I. (1983). Investigating the Causes and Consequences of Marital Rape. *Journal of Women in Culture and Society*, 8(3), 532 – 553.
- Garcia-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. (2005). *WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneve: World Health Organization.
- Garcia-Moreno, C., & Watts, C. (2011). Violence against women: an urgent public health priority. *Bulletin of the World Health Organization*, 89(2), 2.

- Gage, A., & Hutchinson, P. (2006). Power, Control and Intimate Partner Sexual Violence in Haiti. *Archives of Sexual Behavior*, 35(1), 11 – 24.
- Gonçalves, R. A. (2004). Agressores conjugais: investigar, avaliar, e intervir na outra face da violência conjugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 14(4), 541 – 558.
- Groth, N. (1979). *Men Who Rape*. Nova Iorque: Plenum Press.
- Huang, Y., & Mathers, N. (2006). A comparison of sexual satisfaction and post-natal depression in the UK and Taiwan. *International Nursing Review*, 53(3), 197 – 204.
- Kronbauer, J., & Meneghel, S. (2005). Perfil da violência de género perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, 39(5), 695 – 701.
- Loh, C., Gidycz, C., Lobo, T., & Luthra, R. (2005). A prospective analysis of sexual assault perpetration. Risk factors related to perpetrator characteristics. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1325 – 1348.
- Lourenço, N., Lisboa, M. & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.
- Lyn, T., & Burton, D. (2005). Attachment, anger and anxiety of male sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 11(2), 127 – 137.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2008). *Manual da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- McFarlane, J., Malecha, A., Watson, K., Gist, J., Batten, E., Hall, I., & Smith, S. (2005). Intimate Partner Sexual Assault Against Women: Frequency, Health Consequences, and Treatment Outcomes. *American College of Obstetricians and Gynecologists*, 105(1), 99 – 106.
- Mahoney, P., & Williams, L. (2007). *Sexual Assault in Marriage: Prevalence, Consequences, and Treatment of Wife Rape*. Acedido a 27 de março de 2012 na World Wide Web em [brockbaker.pbworks.com/f/PartnerViolence.pdf](http://brockbaker.pbworks.com/f/PartnerViolence.pdf).
- Maiuro, R., Cahn, T., Vitaliano, P., Wagner, B., & Zegree, J. (1988). Anger, Hostility, and Depression in Domestically Violent Versus Generally Assaultive Men and Nonviolent Control Subjects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56(1), 17 – 23.
- Martin, E., Taft, C., & Resick, P. (2007). A review of marital rape. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 329 – 347.
- Martins, S., & Machado, C. (2010). Violência sexual em jovens adultos: caracterização e implicações para a investigação. In C. Machado (Coord.). *Novas formas de vitimação criminal*, pp. 61 – 120. Braga: Psiquilibrios Edições.

- Matos, M. (2002). Violência conjugal, In C. Machado e R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes, I, Adultos* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- Mouraz, M., & Magalhães, T. (2010). A perícia médico-legal em casos de violência nas relações de intimidade - Contributo para a qualidade. *Revista Portuguesa do Dano Corporal, 21*, 09 – 35.
- Norlander, B., & Eckhardt, C. (2005). Anger, hostility, and male perpetrators of intimate partner violence: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review, 25*, 119 – 152.
- Oliveira, M., & Sani, A. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In B. D. Silva e L. S. Almeida (Coords.), *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*, pp. 1061 – 1074, Centro de Investigação em Educação (CIED), Braga.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças, 4*(2), 165 – 184.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica, 36*, 75 – 107.
- Puri, M., & Tamang, J. (2010). Exploring the nature and reasons associated with sexual violence within marriage among young couple in Nepal. *Journal of Interpersonal Violence, 25*, 1873 – 1892.
- Russell, D. (1990). *Rape in marriage*. Indianapolis: Indiana University Press.
- Schewe, P., Riger, S., Howard, A., Staggs, S., & Mason, G. (2006). Factors Associated with Domestic Violence and Sexual Assault Victimization. *Journal of Family Violence, 21*, 469 – 475.
- Schraiber, L., D'Oliveira, A., & Junior, I. (2008). Violência sexual por parceiro íntimo entre homens e mulheres no Brasil urbano, 2005. *Revista de Saúde Pública, 42*(1), 127 – 137.
- Simões, A. (1993). São os homens mais agressivos do que as mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia, 3*, 387 – 404.
- Straus, M. (2011). Gender symmetry and mutuality in perpetration of clinical-level partner violence: Empirical evidence and implications for prevention and treatment. *Agression and Violent Behavior, 16*, 279 – 288.
- Vieira, A., & Soeiro, C. (2002). Agressividade e psicopatia. *Temas Penitenciários, 2*(8-9), 25 – 35.

White, J., McMullin, D., Swartout, K., Sechrist, S., & Gollehon, A. (2008). Violence in intimate relationships: A conceptual and empirical examination of sexual and physical aggression. *Children and Youth Services Review, 30*, 338 – 351.